

## A Internet em camadas

Quando se fala em Internet, sempre se lembra de liberdade de expressão. Porém, nos EUA, país criador de tendências mundiais, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento da net, há um crescente medo de isso se torne coisa do passado e que o acesso ao conteúdo seja controlado. Uma reforma das leis de telecomunicações está em andamento e tem assustado grandes empresas da “nova economia” e defensores da liberdade de expressão na Internet pela possibilidade de criar uma Internet em camadas – uma paga e rápida, outra gratuita e lenta.

O vilão da vez não é o governo, mas empresas de telefonia que dominam o mercado norte-americano de banda larga junto a provedores de Internet a cabo, principalmente a AT&T. As companhias, que não enfrentam muita concorrência em suas áreas de atuação, têm dado indícios de que pretende começar a cobrar pela transmissão de dados através de suas linhas –uma espécie de pedágio para que sites disponibilizem conteúdo.

Quem concordar em pagar terá tratamento privilegiado. Ou seja, verá seu site abrir mais rápido e terá vídeo e áudio de melhor qualidade. Já aqueles que não aceitarem o preço serão colocados numa “via” mais lenta, se comparada com o novo serviço. Existe o medo de que a livre concorrência que caracteriza a rede seja desmanchada e também a interferência das donas dos cabos de conexão nos negócios e até mesmo na disponibilidade de conteúdo na rede.

Essas possibilidades têm assustado produtoras de conteúdo e serviços como Google, Yahoo e Microsoft e gerado uma grande polêmica na política norte-americana. As discussões interessam ao mundo inteiro, pois parte do fluxo de dados da América Latina, por exemplo, está em servidores norte-americanos e portanto dependem da conexões de lá para operarem corretamente.

As empresas “ ponto com” temem que as telefônicas passem a cobrar um percentual sobre o faturamento de serviços online, tirando-lhes uma fonte de lucros cada vez maior, em troca de espaço na faixa de transmissão de dados. Entre esses serviços poderia estar o iTunes, serviço de venda de música online da Apple que abastece milhares de Ipods em todo o mundo e faturou no ano passado quase meio bilhão de dólares, com imensas projeções de crescimento. A Google, por sua vez, acredita na hipótese de que outro buscador possa pagar mais para oferecer resultados mais rápidos.

O grande temor é relacionado a um serviço ainda pouco explorado, mas com grandes perspectivas de popularização, a encomenda de vídeos pela rede ou mesmo a transmissão de eventos em tempo real. Receia-se ainda que não seja possível concorrer com o conteúdo oferecido pela própria companhia de telefone ou cabo, pois ele poderia ser privilegiado –algo como os conteúdos “Premium” oferecidos pelas televisões a cabo. As empresas inclusive criaram uma coalizão chamada “Não mexa com a Internet” ([www.dontmesswiththenet.com](http://www.dontmesswiththenet.com)) para chamar atenção para o problema.

## **Nova legislação**

Por causa da possibilidade de perderem parte de sua receita e qualidade no serviço –o que poderia afastar consumidores e conseqüentemente, maiores lucros- as companhias da nova economia estão pressionando o Congresso a tomar medidas que mantenham o princípio de “neutralidade de rede”, segundo o qual nenhum dado pode ser discriminado sob risco de desrespeitar a famosa primeira emenda da Constituição norte-americana, que garante a liberdade de expressão, e também outro princípio caro ao país do norte, a livre-concorrência. O esforço, porém, até agora não tem surtido efeito. No dia 26 de abril, o Comitê de Energia e Comércio dos EUA rejeitou uma emenda à nova lei de telecomunicações que está em discussão no Congresso. A emenda dava à Comissão Federal de Comunicações (FCC) poder de proibir qualquer tipo de discriminação sobre o tráfego de dados na Internet. Uma proposta similar já havia sido derrubada no Subcomitê de Telecomunicações e Internet no dia 6 de abril.

A nova lei de telecomunicações pretende atualizar a legislação de telecomunicações dos EUA para que haja regras sobre novos acontecimentos, como a presença maciça de vídeo e áudio na Internet, a instalação de redes wi-fi municipais entre outras. No que se refere à regulamentação dos provedores, ela lhes dá total liberdade de ação, deixando claro um assunto hoje um pouco nebuloso –o que as companhias telefônicas e de cabo podem fazer com suas redes de dados.

## **Livre expressão**

As conseqüências do novo Communications Act, porém, não desagradam apenas as grandes empresas de serviços eletrônicos. Várias organizações defensoras da livre expressão e da democratização da mídia iniciaram a campanha “Salve a Internet”, que está recolhendo assinaturas nos EUA e pedindo o envio de mensagens aos congressistas reclamando do fim da neutralidade da Internet. “A Neutralidade de Rede permite a todos competir no mesmo nível e por essa razão a Internet é uma força de inovação econômica, participação cívica e

livre expressão”, diz o manifesto da coalizão de ONGs. “Se o público não se manifestar agora, o Congresso cederá a uma campanha de lobby multimilionária feita pelas empresas de telefonia e cabo que querem decidir o que você faz, aonde você vai e o que você assiste online”.

A preocupação das organizações, diferente das pontocom, é com a manutenção do espírito de liberdade da rede. Organizações políticas, por exemplo, poderiam ter suas atividades na net prejudicadas quando desagradassem os provedores. Outra consequência da cobrança pelo uso privilegiado dos “dutos” da Internet seria o aumento de custos para blogueiros – algo que impossibilitaria a existência de muitos sites alternativos de notícias em todo o mundo. A oferta de serviços também poderia diminuir, levando ao aumento de preços de Internet banking, por exemplo.

“Isso não é mera especulação”, garantem. “Já vimos isso acontecer onde os gatekeepers da Internet assumem muito controle”. Elas citam o caso do bloqueio, por parte da telefônica canadense Telus, da página do sindicato com o qual travava uma disputa trabalhista. Os usuários do Telus não tinham como visitar a página da União dos Trabalhadores de Telecomunicações, mas outros internautas, sim. Outro provedor, agora do estado da Carolina do Norte, nos EUA, proibiu seus clientes de usar serviços de voz sobre IP concorrentes do seu. O FCC multou a empresa em US\$ 15 mil por desrespeito à concorrência.

Até mesmo o New York Times manifestou seu desagravo ao fim da “neutralidade de rede”. Em editorial publicado em 2 de maio, o jornal afirma que, apesar de ser um princípio desconhecido para a maioria, o tratamento equânime a todos os sites é o que faz da Internet um espaço democrático. “Uma das maiores forças da internet é que um simples blogueiro ou pequeno grupo político pode, a baixo custo, criar uma página tão acessível quanto a página da Microsoft. Mas essa Internet democrática correrá perigo se as companhias que provêem serviços mudarem as regras”, escrevem os editoriais.

### **Companhias: investimento deve ser remunerado**

As empresas, porém, afirmam que a medida é necessária para manter a qualidade do serviço e negam a possibilidade de sabotarem qualquer tipo de conteúdo. “Esse esforço [a favor da neutralidade] é uma tentativa de consertar um problema hipotético, que não existe. Essas novas regulamentações de Internet não são só desnecessárias, elas se postam como um perigo para o futuro dos serviços de banda larga nos EUA no momento em que os investimentos estão se enraizando”, diz Tom Tauke, vice-presidente de relações públicas e comunicação da Verizon em artigo para a revista Business Week.

De acordo com a Associação Americana de Telecomunicações, só em 2006 serão investidos US\$ 15 bilhões no aumento e melhoria da rede de banda

larga do país. Enquanto hoje as conexões mais populares dão acesso uma velocidade de 1 a 2 megas por segundo (Mbps), espera-se que a nova rede de cabos permita se chegar a 30 Mbps. Tal largura de banda permitiria assistir vídeos de alta definição em tempo real, ou seja, daria vazão ao desenvolvimento da IPTV, uma das possibilidades de maior futuro na rede. Todo esse investimento, afirmam as empresas, precisa ser remunerado.

“Todos os custos devem ser deixados para o consumidor?”, pergunta Walter McCormick Jr, presidente da associação durante audiência no Senado. “Nosso lado acredita que os negócios que buscam o lucro no uso de redes da próxima geração não devem ser livres de custos associados ao aumento da capacidade necessária para entregar serviços avançados e aplicações que visam o mercado”.

Para ele, se há cada vez mais oferta de serviços de armazenamento de dados online, vídeos em alta definição etc, é preciso regular também a oferta por meio de cobrança para assegurar a qualidade do serviço prestado pelas próprias companhias. Dados da associação garantem quem o tráfego de Internet dobra a cada ano e, de acordo com previsões de especialistas, pode crescer até mesmo em seis vezes ao ano na próxima década devido ao aumento da oferta de vídeos. Por causa da necessidade de controlar a oferta e lucrar com ela, às companhias não interessa cobrar a mesma taxa de todos, pois a via continuaria “engarrafada”. O representante das telecoms também nega qualquer possibilidade de intervenção no conteúdo alheio e afirma que se a internet hoje é um sucesso é porque o governo se manteve distante de intervenções, apesar da vigilância.

O mercado norte-americano está em meio a um processo de concentração de oferta de provedores. De acordo com o FCC, 19% dos cidadãos não possuem acesso a serviços de banda larga, 53% podem escolher entre apenas uma companhia de DSL (conexão via telefone) e outra de cabo e 28% apenas uma dessas duas opções. Ou seja, os norte-americanos possuem no máximo duas opções para contratar o serviço de Internet rápida. Ao mesmo tempo, as empresas têm buscado barrar a entrada de concorrentes no mercado de banda larga tanto da iniciativa privada quanto do Estado, estes por meio do fornecimento de redes municipais wi-fi gratuitas ou subsidiadas –fenômeno que se espalha pelo país. Para a comissão, os efeitos da concorrência só são percebidos com ao menos três competidores.

## **Futuro da mídia**

A nova lei de telecomunicações tem votação prevista para a segunda semana de maio, mas pode ser adiada devido à polêmica e às eleições presidenciais de novembro. Poucos congressistas querem se indispor com grandes corporações de mídia e com ativistas sociais. Mas, se votada hoje, ela seria aprovada sem nenhuma referência à manutenção da neutralidade de rede.

Contagem da campanha “Salve a Internet” mostra que o número de congressistas favoráveis às telefônicas atualmente é 34, contra 22 desfavoráveis. Por outro lado, mais políticos têm se filiado à causa dos ativistas, apesar do lobby das telecoms e cable companies. No início da campanha, apenas oito votariam pela manutenção da neutralidade.

Ainda assim, teme-se pelo futuro da mídia. Afinal, por trás da aprovação da lei há uma batalha pelo controle das vias de informação do amanhã. Com o desenvolvimento de aplicações, os provedores foram criando mecanismos mais eficientes de gerenciamento do tráfego de dados. Hoje em dia já é possível dar prioridade a algum tipo de informação para garantir a qualidade de um serviço. Por exemplo: se o usuário estiver conversando no Skype e sua conexão começar a ficar lenta por ele estar utilizando sua conexão com outro serviço, a rede pode priorizar o bate-papo para que o áudio se mantenha com boa qualidade.

A diferença dessa realidade para a que se discute hoje no Senado norte-americano é que atualmente a prioridade é dada ao tipo de dado e não à sua origem. E a disseminação desse mecanismo também pode encarecer o custo de conexão. Para Gary Bachula, vice-presidente para assuntos exteriores do Internet2, grupo de universidade e empresas que pretende construir uma rede muito mais rápida do que a atual, o preço não compensa. Em audiência em Washington realizada em fevereiro, ele relatou a experiência de construção da Internet2 e garante: “nossas pesquisas e experiências práticas sustentam a conclusão de que é mais eficiente simplesmente garantir mais faixa de transmissão”.

Para o professor de direito da Universidade de Stanford Lawrence Lessig, autor do livro “Cultura Livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade”, a questão verdadeira é alguém dizer ao consumidor o que ele deve assistir e assim minar o livre desenvolvimento de iniciativas. “Não há nada de errado com donos de rede dizendo ‘garantimos vídeo rápido na sua conta de banda larga’. Há algo de errado com donos de rede dizendo ‘nós garantimos vídeo rápido da NBC [canal de televisão dos EUA] na sua conta de banda larga’. E há algo de muito errado com donos de rede dizendo a provedores de conteúdo ou serviços que eles não podem acessar uma rede significativa de banda larga a não ser que paguem uma taxa de acesso”. Lessig fez a declaração também no Senado, em fevereiro.

A maior preocupação dos ativistas é com a manutenção do espírito da net. Ela foi criada nas universidades norte-americanas em total regime de liberdade –o que todos acreditam ter sido seu principal motor de desenvolvimento até hoje. Tanto que várias grandes empresas e movimentos como o de software livre nasceram de pequenas idéias que cresceram graças à falta de impedimentos e à livre colaboração, além de custos relativamente baratos. Por isso o temor de que a Internet seja controlada de qualquer forma. Ela não seria mais Internet.

MEDEIROS, Marcelo. **A Internet em camadas**. Disponível em:  
[http://www.ibdi.org.br/index.php?secao=&id\\_noticia=612&acao=lendo](http://www.ibdi.org.br/index.php?secao=&id_noticia=612&acao=lendo)  
Acesso em: 24.jul.2006.